

**ATOS DE INSTRUÇÃO EM RECEITAS CULINÁRIAS
DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO: UMA ABORDAGEM
VARIACIONISTA**

Elisabeth Linhares CATUNDA
(Universidade Federal do Ceará)

Maria Elias SOARES
(Universidade Federal do Ceará)

Socorro Cláudia Tavares de SOUSA
(Universidade Federal do Ceará)

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a variação das formas de expressão da instrução em receitas culinárias de programas de televisão, procurando identificar os fatores que condicionam o uso variável da 2ª. e da 3ª. pessoa do imperativo, do presente do indicativo e da forma perifrástica ir + infinitivo. Os dados foram analisados, utilizando-se o Programa Varbrul, e verificou-se que o imperativo associado ao modo subjuntivo é condicionado pela variável extralingüística localização (região nordeste) e pelas variáveis lingüísticas – tipo de oração (oração principal) e pela ausência de paralelismo discursivo.

PALAVRAS CHAVE: regra variável; atos de instrução; receitas culinárias.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the varied instruction forms found in food recipes on TV shows. We took as a changeable rule the 2nd person imperative, the 3rd person imperative, the present of the indicative and the periphrastic form to go + infinitive. The dates were analysed by Varbrul program - a computer software that selects three important factors in the realization of the variants, which are: region, kind of sentence and non discursive parallelism.

KEYWORDS: variable rule; instructions; food recipes.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo descrever o fenômeno da variação que envolve as formas de expressão da instrução. Para tanto, trataremos dos atos verbais de instrução enumerados¹ a seguir: “*Coloca um pouco de gelatina por cima (...)*” – imperativo (modo indicativo); “*Acréscente a água (...)*” – imperativo (modo subjuntivo); “*Você bota um pouco da porção da massa na forma (...)*” – presente; e “*Você vai dar uma batida (...)*” – *ir (presente) + infinitivo*. Dentre as formas do imperativo encontradas no *corpus*, optamos por analisar o imperativo auto-explicativo² em detrimento do imperativo hortativo³, pois preferimos focar os atos de instrução em que não houvesse a inclusão do falante.

O fenômeno lingüístico em pauta será analisado sob a perspectiva laboviana da Teoria da Variação ou Sociolingüística Quantitativa, cujo propósito é examinar as variáveis lingüísticas e extralingüísticas que possam exercer influência na variação de fenômenos lingüísticos. Nesses termos, a língua é concebida como uma estrutura inerentemente variável e a “variação livre” é vista como passível de descrição em função de restrições lingüísticas e não-lingüísticas. (MOLLICA; BRAGA, 2003).

A relevância do presente trabalho está ancorada no fato de que utilizaremos um *corpus* restrito a um dado gênero textual (as receitas culinárias orais em programas de televisão), propiciando, assim, um maior conhecimento dos aspectos estilísticos do gênero

¹ Exemplos retirados do *corpus*.

² Segundo Reis (2003), a classificação imperativo auto-explicativo é oriunda de Bybee *et al.* (1994). Esse tipo de imperativo é também denominado “self-explanatory” e é bastante utilizado na explicação de “modos de fazer” de receitas culinárias, de montagens de eletrodomésticos, entre outros.

³ De acordo com Reis (2003), a classificação imperativo hortativo é proveniente de Givón (1993) e indica a inclusão do interlocutor na “ação-a-se-desenvolver” juntamente com o outro interlocutor, produzindo um efeito de sentido em que se mascara a relação de poder e se atenua o grau de imposição.

em tela. Além disso, a descrição das formas de instrução não se restringirá somente ao uso do imperativo, tendo em vista um número considerável de trabalhos que enfocam apenas este modo verbal (ALVES, 2004; SCHERRE *et al.*, 2000; e SCHERRE, 2003, 2004 e 2005).

A fim de melhor desenvolver as idéias norteadoras do presente estudo, adotamos a seguinte organização: na primeira seção, discutimos se os atos instrucionais podem ser classificados como um discurso instrucional ou como uma seqüência textual; na segunda seção, descrevemos resumidamente alguns trabalhos que já foram realizados analisando o imperativo e as perífrases; na terceira seção, detalhamos os procedimentos metodológicos utilizados na realização da presente pesquisa; na quarta seção, fazemos uma interpretação dos dados; e, por fim, delineamos nossas considerações finais acerca dos atos de instrução.

2. DEFININDO OS TERMOS: DISCURSO OU SEQÜÊNCIA INSTRUCIONAL?

Considerando que o *corpus* utilizado para a presente pesquisa é constituído do gênero receita culinária e que o nosso objeto de estudo repousa na análise dos atos verbais de instrução utilizados nesse gênero, julgamos necessário introduzir uma pequena discussão sobre o modo de conceber as instruções (ora como seqüência textual, ora como discurso), a fim de ampliar nossa percepção sobre a análise lingüística referente ao tratamento dado aos atos instrucionais em geral.

Partimos do pressuposto bakhtiniano de que a interação humana é realizada a partir de “gêneros textuais”⁴, sejam eles orais

⁴ Na verdade, Bakhtin (1996) utiliza a expressão gêneros do discurso e não gêneros textuais. Contudo, a última expressão ficou mais conhecida na língua portuguesa.

ou escritos, e, nessa perspectiva, a receita culinária oral tem características bastante peculiares, tendo em vista que é realizada em uma modalidade oral e em um suporte⁵ tecnológico distinto (no caso a televisão), gerando uma semiotização da linguagem verbal com a linguagem não-verbal. Essa semiotização já havia sido percebida por Silvestri (1995) quando ela afirma que os textos instrucionais têm um vínculo muito forte com formas de representação visual que se integram com muita frequência na instrução.

Para explicar os enunciados instrucionais, muitas perspectivas teóricas têm sido instauradas. Silvestri (1995) considera existir um “discurso instrucional”, na medida em que existe uma classe de textos que se ancora na função de regular a atividade de outra pessoa. Essa atividade humana discursiva é assimétrica e supõe, de um lado, um interlocutor que aprende, e, de outro lado, um interlocutor-instrutor que instrui. O objetivo final é que o receptor alcance autonomia em suas ações, de modo a desenvolvê-las com independência do emissor que o instruiu. Silvestri (1995, p. 17) esclarece que:

O direito do emissor para dirigir as ações do receptor descansa na evidência de que é um *expert*, alguém que conhece completamente o procedimento. Por sua vez, o receptor desconhece o procedimento, porém quer conhecê-lo. Essa relação, graças à clara distribuição assimétrica dos papéis dos interlocutores, autoriza a utilizar instruções explícitas, sem atenuações.

O ato ilocucionário adequado para esta situação é a ordem, ou seja, uma emissão que ‘conta com o objetivo de fazer com que O (ouvinte) faça A (ação) em virtude da autoridade de H (falante) sobre O’ [...]⁶

Isso não quer dizer, por outro lado, que não exista uma discussão sobre o uso da terminologia “gêneros textuais” ou “gêneros do discurso”.

⁵ Concebemos suporte textual como local onde o texto se fixa e exerce influência sobre o texto que ancora. (MARCUSCHI, 2003).

⁶ Tradução de nossa inteira responsabilidade.

A autora ainda apresenta uma variedade de recursos linguísticos que podem ser utilizados para expressar esses atos de instrução, contudo acrescenta que os mais típicos são o imperativo ou o infinitivo, haja vista implicarem mais autoridade. No que se refere aos recursos linguísticos utilizados em receitas culinárias orais, observamos um uso considerável do imperativo auto-explicativo, mas também de diversas outras formas, ilustradas nos exemplos abaixo:

- (01) Você não pode fazer aquela batida – verbo modal + infinitivo;
- (02) Então, recheamos, forramos, (...) – presente com inclusão do agente;
- (03) Vamos retirar o plástico – ir + infinitivo com a inclusão do agente;
- (04) Tem que controlar a temperatura – perífrase com o auxiliar ter;
- (05) Não deixe ferver, heim? – perífrase com o verbo auxiliar deixar, dentre outras.

Silvestri (1995, p.18) esclarece que os textos instrucionais admitem potencialmente qualquer conteúdo, já que qualquer tema pode ser objeto de instrução. Em seguida, afirma que “o tema típico do discurso instrucional é o procedimento, ou seja, uma atividade que se executa seguindo um método pré-fixado⁷.” Acrescentamos, porém, que, do ponto de vista da organização do gênero, o procedimento se constitui parte do conteúdo informacional que compõe a estrutura composicional de um dado texto instrucional. No caso de uma receita culinária prototípica, a organização retórica está estruturada em duas unidades retóricas⁸ que são: a descrição dos ingredientes e a descrição do modo de fazer.

⁷ Tradução de nossa inteira responsabilidade.

⁸ Segundo Biasi- Rodrigues (1998, p. 125), “uma unidade retórica é reconhecida como uma unidade de conteúdo informacional dentro de uma estrutura

Do que foi apresentado por Silvestri (1995), para caracterizar o discurso instrucional, compreendemos que sua concepção de discurso parece estar ancorada em uma noção de classes de textos da ordem do *expor*⁹. (BRONCKART, 2006). Nessa perspectiva, seria impróprio conceber a existência de um discurso instrucional na medida em que o compreendemos como um conjunto de enunciados produzidos em uma dada formação discursiva (FOUCAULT *apud* MAINGUENEAU, 1998).

Outra questão é que a concepção de discurso envolve outras noções que não foram devidamente exploradas por Silvestri (1995), tais como ideologia, contexto histórico-social de produção do discurso, formação discursiva, interdiscurso, enfim, um conjunto de noções que auxiliam a composição do construto teórico denominado discurso. Nesse sentido, as propriedades¹⁰ elencadas pela autora para a caracterização de um “discurso” instrucional são insuficientes para dar conta das noções que estão envolvidas na análise de um discurso qualquer. Dentro da abordagem de Silvestri (1995), o mais apropriado seria falar de gêneros textuais (receitas culinárias, por exemplo) que possuem uma dada seqüência textual¹¹ (no caso das receitas, a descritiva ou a injuntiva) constituindo sua materialidade textual.

hierárquica das informações na arquitetura física do texto, com algumas formas opcionais de apresentação, que podem ocorrer combinadas ou não, à escolha do autor. Essas escolhas ou mecanismos de condução das informações em cada unidade básica são denominadas, por sua vez, de subunidades retóricas.

⁹ Terminologia usada pela corrente interacionista sócio-discursiva da qual Bronckart é representante.

¹⁰ Segundo Silvestri (1995), um discurso instrucional possui as seguintes características: a existência de uma seqüência de procedimentos estáveis, rígidos e gerais; um alto grau de explicitação, pois o conhecimento prévio do receptor é mínimo, ele conhece o objetivo do procedimento, seu produto final, mas desconhece por completo as ações; a possibilidade de (não) ser resumido, tendo em vista que cada uma das proposições do texto instrucional serem indispensáveis para o interlocutor; e o conhecimento de um vocabulário técnico específico a fim de realizar com eficácia determinado procedimento.

¹¹ Concebemos seqüência textual como “construtos teóricos definidos por propriedades lingüísticas intrínsecas”. (MARCUSCHI, 2002, p. 23).

Sem nos aprofundarmos na discussão sobre seqüência textual e independentemente da concepção teórica adotada (Werlich *apud* Marcuschi (2002), por exemplo, propôs a existência de uma seqüência injuntiva¹², já Adam (1992) eliminou a seqüência injuntiva de seu quadro teórico e enquadrou as descrições de ações no bojo da seqüência descritiva), concebemos a existência de um plano de organização textual que compõe, por exemplo, o gênero textual receita culinária.

3 DESCREVENDO O FENÔMENO EM ESTUDO: ATOS DE INSTRUÇÃO NO IMPERATIVO, NO PRESENTE E EM PERÍFRASES (IR + INFINITIVO)

A gramática normativa estabelece a expressão de orações imperativas através de uma forma especializada do verbo denominada imperativo. Assim, por exemplo, em:

(06) Frite um ovo para o doutor.¹³

A forma “*frite*” é o imperativo do verbo fritar e, por isso, a oração é chamada de imperativa. Perini (1998) também acrescenta que outra característica das orações imperativas é que elas geralmente aparecem sem sujeito, como no exemplo citado anteriormente. De acordo com o autor, essa característica não é suficiente, tendo em vista que encontramos muitas orações não-imperativas sem sujeito, como também encontramos orações imperativas com sujeito. Perini (1988) cita como exemplo:

¹² Segundo Werlich (*apud* MARCUSCHI, 2002, p. 28), a base temática injuntiva caracteriza-se pelo fato lingüístico que “vem representada por um verbo no imperativo. Estes são os enunciados incitadores à ação. Estes textos podem sofrer certas modificações significativas na forma e assumir por exemplo a configuração mais longa onde o imperativo é substituído por um ‘deve’.”

¹³ Exemplo fornecido por Perini (1998, p. 64).

(07) Você frite um ovo para o doutor; e vocês peguem o uísque no armário.

No entanto, ele esclarece que, em geral, isso se dá quando colocamos duas orações imperativas em contraste como nos exemplos citados anteriormente¹⁴.

Segundo Elia (apud Scherre, 2004), o latim clássico apresentava uma forma morfológica específica para as duas pessoas no imperativo afirmativo (tu - singular e vós- plural), distinta das formas do indicativo, e já utilizava as formas do modo subjuntivo para a expressão de enunciados diretivos negativos. Com o passar do tempo, ocorreu uma homonímia entre as formas de terceira pessoa do modo indicativo e da forma verbal imperativa no singular, por conta da queda do “t” final das formas indicativas.

De acordo com Scherre (2004), nossa gramática normativa reflete essa mudança com as formas do imperativo na medida em que só existem formas próprias para o imperativo afirmativo relacionado aos pronomes “tu” e “vós” e na medida em que os enunciados imperativos de polaridade negativa correspondem às formas do modo subjuntivo. Não se pode, portanto, deduzir que só existem essas duas pessoas no imperativo, devido ao fato de que somente essas formas são especiais.

Para a autora, a explicação das gramáticas de que o imperativo é proveniente de formas do presente do indicativo e do presente do subjuntivo pode até revelar uma verdade sincrônica. Entretanto, alguns estudiosos consideram não haver relação entre o imperativo afirmativo e o indicativo. (SCHERRE, 2004). É o caso de Faraco (1982), para quem justificar a formação do imperativo afirmativo como oriunda do presente do indicativo é não reconhecer a real complexidade da formação do modo imperativo do português. Para

¹⁴ Essas observações do autor nos levaram a codificar os dados como imperativo com sujeito apenas quando o sujeito vinha posposto ao verbo e codificar como presente quando o sujeito vinha anteposto ao verbo.

o autor, o que ocorreu foi um processo de especialização pragmática que consiste no meio através do qual uma forma velha sobrevive a uma história de mudanças, devido ao fato de ter desenvolvido algumas marcas específicas no contexto de um ato de fala. Segundo Reis (2003):

(...) Faraco (p. 223) ainda revela que essas variantes que preservam a vogal temática do verbo, como em *canta/não canta*, têm o traço típico de uma sentença imperativa antiga, com o apagamento do sujeito, além do valor interacional (forças ilocucionárias) que preservam como um ato impositivo de fala. Então, não podem de fato derivar do presente do indicativo.

O imperativo também pode indicar atos de fala com diferentes forças ilocucionárias, ou seja, atos que exprimem ordem, conselho, pedido, por exemplo. Assim, (08) pode ser interpretado como súplica e (09) como exortação, o que pode ser explicado com base na entonação, que, segundo esclarece Alves (2004), é um recurso supra-segmental que pode indicar se o enunciado pode ser entendido como ordem ou sugestão.

(08) Dá-me uma esmola

(09) Ouve este conselho.

Muitas pesquisas têm sido realizadas tomando como objeto de estudo o imperativo, dentre as quais podemos citar: Alves (2004), Scherre (2003, 2004, 2005), Scherre *et al.* (2000).

Alves (2004) descreveu a alternância do imperativo no modo subjuntivo e no modo indicativo na linguagem oral de João Pessoa (PB). Em sua pesquisa, o autor constatou que a forma subjuntiva está cada vez mais se sobrepondo à indicativa, corroborando a idéia de que a variante padrão está sendo usada com menos frequência, pelo menos na fala dos pessoenses. O autor destaca que essa variação é condicionada principalmente por fatores estruturais, dentre os quais: grupo semântico, conjugação verbal, número da pessoa verbal e

regularidade verbal. Alves (2004) confirma que o fenômeno é caracterizado como neutro, tendo em vista que a escola e a sociedade não estigmatizam uma forma em detrimento de outra.

Dos estudos realizados por Scherre *et al.* (2000) e Scherre (2003, 2004, 2005) sintetizamos, no Quadro 01 abaixo,¹⁵ os fatores lingüísticos que, segundo a autora, favorecem o uso da variante imperativo na forma do indicativo ou do uso da variante na forma do subjuntivo.

Quadro 1 - Resumo dos fatores estruturais que condicionam o uso do imperativo (modo indicativo) e do imperativo (modo subjuntivo)

GRUPO DE FATORES FAVORECEDORES DA VARIANTE "SUBJUNTIVO"
? estrutura negativa (Ex.: "Da próxima vez não fale a verdade!");
? pronome oblíquo de 1ª e 3ª pessoa depois do verbo (Ex.: "Deixe-me e ver..."; "Leve-os de volta pra casa!");
? pronome oblíquo de 3ª pessoa antes do verbo (Ex.: "e si lembre...");
? estrutura com o clítico "se" depois do verbo (Ex.: "Retire-se");
? 2ª pessoa do plural (Ex.: "Bem, olhem aqui a Tim tem.");
? verbos irregulares com oposição mais marcada (faz/faça, traz/traga, diz/diga, pede/peça) favorecem a forma mais marcada ¹⁶ (subjuntivo);
? verbos regulares menos de 1ª conjugação com vogal precedente menos aberta tendem a favorecer a vogal seguinte menos aberta na forma conjugada (desculpe; mande);
? verbos de paradigma regular mais marcado – 2ª e 3ª conjugação (come/coma, abra/abra) – favorecem o imperativo na forma mais marcada (subjuntivo);
? verbos polissílabos na forma infinitiva (imaginar, experimentar, expressar);
? ausência de vocativo nas estruturas;
? imperativo precedido de imperativo na forma subjuntiva ("Vá lte, Marina! Vá lte!").

cont.

¹⁵ Os exemplos fornecidos no quadro foram retirados dos artigos de Scherre *et al.* (2000) e Scherre (2003, 2004, 2005).

¹⁶ Segundo Scherre (2003), a expressão "mais marcada" está relacionada ao que é menos usado, portanto, menos geral, e a expressão "menos marcada" está relacionada ao que é mais usado, portanto, mais geral. A autora acrescenta, contudo, que considerar um ato de fala marcado ou não marcado, atualmente, no que se refere ao imperativo, deve ser repensado, na medida em que se faz necessário levar em conta a especificidade de cada localidade. Scherre (2003) cita como exemplo a fala de Salvador em que se encontra um percentual de 72% de uso do imperativo associado à forma subjuntiva. Neste caso, é bem provável que o mais marcado (menos geral) seja o imperativo na forma indicativa.

cont.

GRUPO DE FATORES FAVORECEDORES DA VARIANTE "INDICATIVO"
? estrutura afirmativa (Ex.: "Fala baixo!");
? pronome na forma do caso reto depois do verbo (Ex.: "Hum... Deixe eu ver...");
? pronome oblíquo de 1ª pessoa antes do verbo (Ex.: "Cebolinha! Me faz um favor!");
? ausência do pronome;
? verbos de paradigma irregular de oposição menos marcada (dá/dê, sai/saia, vem/venha, põe/ponha) favorecem a forma menos marcada (indicativo);
? verbos regulares de 1ª conjugação com vogal precedente mais aberta na forma conjugada (espera; fala);
? verbos de paradigma especial (esquece/esqueça, sobe/suba) de oposição avaliada também como menos marcada favorecem o imperativo na forma menos marcada (forma indicativa);
? verbos de uma ou duas sílabas na forma infinitiva (dar, ir, vir, ler, pôr, ver, ser, lhar, deixar, ficar, dizer, abrir);
? presença do vocativo na estrutura (Ex.: "Psst! Não faz escândalo, Cebolinha!");
? imperativo precedido de imperativo na forma indicativa ("Vá lte o filme, Mônica! Vá lte").

Em uma perspectiva diferente das apresentadas nas análises anteriores, Reis (2003) investigou a dimensão estilística da variação do imperativo na obra "Vinhas da Ira" e constatou que, quanto maior a força manipulativa dos atos de comando, maior será o uso da variante indicativa, e, quanto menor a força manipulativa dos atos de comando, maior será o uso do subjuntivo. Assim, entre filhos/mãe, fiéis/reverendo, a forma mais recorrente é a variante subjuntiva e entre irmãos, marido/mulher e amigos a forma mais recorrente é a variante indicativa. Nesse sentido, a variável independente simetria/assimetria das relações sócio-pessoais materializou-se como a maior norteadora na abordagem estilística da variação.

Sobre as formas de expressão do imperativo, Almeida (1985, p. 227) alerta que outras formas verbais podem exercer a função de um imperativo "mais suave"¹⁷, que são:

- o presente do indicativo: "Levas estas cartas e trazes estampilhas" (= leva, traze);
- o infinitivo impessoal, tanto para a forma positiva quanto para a negativa: "Anda lá, Pablo, na garupa, e deixá-los rir" (= deixa-os),

¹⁷ As aspas indicam as palavras do autor.

“Passar bem” (= passe bem), “Não matar” (= não mateis), “À direita volver” (= volvei);
- o futuro do presente do indicativo: “Não matarás” (= não mates).

Além do presente do indicativo, do infinitivo impessoal e do futuro do presente do indicativo, acrescentamos as formas perifrásticas¹⁸, especificamente, em nosso trabalho, as perífrases com *ir* + infinitivo, seguindo Bybee *et al. apud* Longo e Campos (2002, p. 468), para quem “em outras línguas o futuro perifrástico pode expressar modalidades imperativas, sendo estas derivadas do valor preditivo.”.

Na pesquisa realizada por Longo e Campos (2002) sobre perífrases no *corpus* do projeto Nurc (São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador), as autoras constataram que as ocorrências do futuro do presente com *ir* expressavam ordem atenuada em contextos injuntivos. Em (10) e (11), as autoras afirmam que o valor modal do futuro com *ir* não equivale ao valor do futuro simples, pois este expressaria uma ordem categórica.

(10) Agora o contágio. Vamos ver o contágio.

(11) Então, nós vamos terminar aqui hoje¹⁹.

Em outras palavras, o uso da forma simples daria ao discurso um tom formal e normativo. Longo e Campos (2002) também encontraram um caso de ordem atenuada expressa por *ir* + presente + *ndo*, como em (12). Nesse caso, a expressão “*vai fazendo*” equivale a “*faz*”, uma oração com valor de ordem.

(12) Você vai fazendo isso aí e eu já volto.

¹⁸ A literatura diverge quanto à distinção entre perífrase, locução verbal ou tempo composto. Essa discussão pode ser encontrada em Tafner (2004).

¹⁹ Exemplos fornecidos por Longo e Campos (2002).

No *corpus* de receitas culinárias que estamos investigando, as formas perifrásticas apresentaram uma ocorrência considerável. Assim, apesar de reconhecermos a relação de assimetria que existe entre o interlocutor que ensina a receita culinária e o interlocutor que aprende, essa relação de assimetria parece ser amenizada com o uso das perífrases. Somente uma análise das restrições estilísticas é que poderá definir o que determina o uso do imperativo, do presente ou das formas perifrásticas como um todo.

4 TRILHANDO UM CAMINHO: A METODOLOGIA

Nesta seção, promovemos a descrição do *corpus*, dos procedimentos metodológicos adotados na análise e dos grupos de fatores controlados. Para retratar os atos de instrução em receitas culinárias, coletamos dados oriundos de programas de televisão de duas emissoras de duas diferentes regiões do Brasil: uma do Sudeste (Rede Globo) e a outra do Nordeste (TV Jangadeiro), respectivamente, dos programas *Mais você* e *Nossa cozinha*, conduzidos por Ana Maria Braga e Mattu Macedo. Ao todo, foram gravados, em fitas de áudio e DVD's, vinte e três programas, dos quais apenas seis foram considerados nesta pesquisa. A coleta, propriamente dita, foi iniciada no dia 19 de dezembro de 2005 e finalizada no dia 31 do mesmo mês e ano.

A redução do *corpus* inicial para o *corpus* analisado deu-se em função das variáveis independentes observadas nesta pesquisa. A princípio, tínhamos como variáveis independentes além da região, o sexo e o grau de escolaridade dos apresentadores das receitas, mas a inexistência de apresentadores masculinos na emissora do Nordeste (TV Jangadeiro) inviabilizou a inclusão da variável sexo. Além disso, a impossibilidade de se conhecer o grau de escolaridade dos referidos apresentadores, acabou por limitar a nossa pesquisa a apenas um aspecto social: a região.

Após a coleta das receitas, realizamos, então, o trabalho de triagem dos dados, visto que apenas as instruções diretas foram efetivamente, nosso objeto de estudo. Nesse momento, somente os dados que apresentavam a instrução direta foram catalogados para, na seqüência, serem submetidos a uma codificação.

A amostra tomada para a análise do fenômeno em estudo constitui-se de 131 ocorrências. Por constituírem atos de comando, essas ocorrências foram extraídas das falas dos apresentadores das receitas e devidamente analisadas, a partir dos fatores selecionados, para que pudéssemos fazer a quantificação dos dados mediante o uso do programa VARBRUL (PINTZUK, 1988), nos moldes das pesquisas sociolingüísticas quantitativas. Foram realizadas três rodadas binárias, conforme no quadro abaixo:

Quadro 2 - Síntese das rodadas binárias realizadas na pesquisa

1ª rodada	Imperativo de 3ª pessoa (modo subjuntivo) x Imperativo de 2ª pessoa (modo indicativo)
2ª rodada	Imperativo de 3ª pessoa (modo subjuntivo) x Presente do indicativo
3ª rodada	Imperativo de 3ª pessoa (modo subjuntivo) x Perífrase

Teríamos a opção de realizar uma análise multidimensional Varbrul em quatro rodadas, a saber: imperativo de 3ª pessoa (modo subjuntivo) x todas as variáveis dependentes, imperativo de 2ª pessoa (modo indicativo) x todas as variáveis dependentes, presente do indicativo x todas as variáveis dependentes e perífrase x todas as variáveis dependentes. Contudo, como partimos da hipótese de que as receitas culinárias orais, assim como as escritas, realizam atos de instrução, em sua maioria, através de verbos no imperativo de 3ª pessoa (modo indicativo), optamos por realizar três rodadas binárias como foram acima descritas. Submetidos os dados ao tratamento estatístico, fizemos, então, a interpretação dos resultados.

4.1 VARIÁVEIS DEPENDENTES

A gramática normativa define como norma culta da língua, quando da formação do imperativo, o uso do presente do indicativo para o pronome pessoal tu, contudo observamos também o uso do presente do subjuntivo para esse pronome, bem como o uso do presente e da perífrase (ir + infinitivo) como regras variáveis em atos de instrução. Nesse sentido, tomamos como variáveis dependentes o imperativo (associado ao modo indicativo), o imperativo (associado ao modo subjuntivo), o presente do indicativo e a forma perifrástica (ir + infinitivo) como expressão verbal imperativa.

4.2 VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Estabelecemos, portanto, o controle de duas variáveis lingüísticas e uma extralingüística. Como variáveis estruturais, selecionamos o paralelismo discursivo, variável já comprovada em outra pesquisa (SCHERRE, 2003), e, o tipo de oração. Como variável social, selecionamos a região. Os fatores de controle e seus subfatores estão detalhados abaixo:

- paralelismo discursivo: imperativo isolado, imperativo seguido de imperativo na 2ª pessoa, imperativo seguido de imperativo de 3ª pessoa, presente isolado, presente seguido de presente, forma perifrástica isolada, forma perifrástica seguida de forma perifrástica;
- tipo de oração: oração coordenada assindética, oração coordenada sindética, oração principal, oração subordinada e oração absoluta;
- região: Nordeste e Sudeste.

5 COLOCANDO AS MÃOS NOS DADOS: A ANÁLISE

Nesta seção, apresentamos os resultados obtidos na análise estatística e probabilística do programa VARBRUL referente às

formas de expressão de instrução em receitas culinárias de programas de televisão. Partindo da hipótese de que o imperativo do modo subjuntivo seria a forma mais utilizada para dar instruções, no gênero em estudo, realizamos as rodadas do imperativo (modo subjuntivo) com o imperativo (modo indicativo), com o presente e com a perífrase (ir + infinitivo). Os resultados obtidos em cada uma das três rodadas serão analisados a seguir.

5.1 1ª RODADA: IMPERATIVO (MODO SUBJUNTIVO) X IMPERATIVO (MODO INDICATIVO)

Na primeira rodada, obtivemos 85 ocorrências, sendo 51 de imperativo de 2ª pessoa, o que representa 60% de aplicações e 34 de imperativo de 3ª pessoa, o que representa 40% de realizações. Nessa rodada, o programa selecionou, como grupo relevante, a variável região. A tabela 01 abaixo ilustra os resultados obtidos.

Tabela 1 - Atos de instrução realizados pelo imperativo de 3ª pessoa x imperativo de 2ª pessoa, em receitas culinárias, de acordo com a região.

Grupo de fatores/ Região	Apl./nº	%	Peso relativo
Nordeste	30/48	63%	0.76
Sudeste	04/37	11%	0.19

Os dados demonstram que a região Nordeste é um fator extralingüístico que favorece o uso do imperativo de 3ª pessoa (subjuntivo). Esse resultado confirma a nossa hipótese de que o imperativo de 3ª pessoa é mais usado na região Nordeste do que na região Sudeste. Hipótese esta baseada na pesquisa de Sampaio *apud* Scherre (2003), que revelou apenas um índice de 28% de uso da forma indicativa na fala de Salvador e na pesquisa de Alves (2004) que revelou um índice de apenas 34% de uso da forma indicativa na

fala de João Pessoa. Assim, a realização do imperativo no estado do Ceará convergiu com os resultados de análises obtidos em pesquisas de outros estados da região Nordeste. Segundo Scherre (2004, p. 05):

[...] o aspecto não-lingüístico que emerge de forma contundente das pesquisas, e que está na consciência dos falantes, é inquestionavelmente o geográfico. Este fator permite projetar uma isoglossa entre o Nordeste, por um lado, com predominância de formas imperativas como *olhe, fale, dê, vá, venha, abra, coma, faça, diga*; e o Sul, Sudeste e Centro-Oeste, por outro, com predominância de formas imperativas como *olha, fala, dá, vai, vem, abre, come, faz, diz*.

Outro fator selecionado pelo VARBRUL (PINTZUK, 1988) foi o tipo de oração. Os resultados encontrados foram os seguintes.

Tabela 2 - Atos de instrução realizados pelo imperativo de 3ª pessoa x imperativo de 2ª pessoa, em receitas culinárias, de acordo com o tipo de oração.

Grupo de fatores/ Tipo de oração	Apl/ nº	%	Peso relativo
Oração principal	13/ 18	72%	0,89
Oração absoluta	08/18	44%	0,53
Oração coordenada assindética	12/38	32%	0,38
Oração coordenada sindética	01/11	9%	0,11

Como podemos perceber, a oração principal é um fator lingüístico que favorece o uso do imperativo de 3ª pessoa (subjuntivo), enquanto a oração coordenada sindética favorece o uso do imperativo de 2ª pessoa (indicativo). A princípio, tínhamos como hipótese que as orações coordenadas assindéticas e sindéticas propiciariam o uso do imperativo de 3ª pessoa, tendo em vista uma frequência dessas orações nas receitas culinárias realizadas na modalidade escrita.

Esse resultado revela que os períodos compostos por subordinação podem exprimir, nas receitas culinárias orais, idéia de finalidade, como em (13), ou de seqüencialidade, como se constata em (14).

(13) Sempre vire de um lado para o outro, pra ver se está tudo ok.

(14) Depois de tirar a massa do fogo, dê uma sovada.”²⁰.

5.2. 2ª RODADA: IMPERATIVO DE 3ª PESSOA (SUBJUNTIVO) X PRESENTE DO INDICATIVO

Na segunda rodada, obtivemos 66 ocorrências sendo 34 de imperativo de 3ª pessoa (subjuntivo), o que representa 52% de aplicações, e 32 de imperativo de 2ª pessoa (indicativo), o que representa 48% de realizações. Nessa rodada, novamente, o programa selecionou a variável região como grupo relevante. A tabela 03, abaixo, ilustra os resultados obtidos.

Tabela 3 - Atos de instrução realizados pelo imperativo de 3ª pessoa x presente do indicativo, em receitas culinárias, de acordo com a região.

Grupo de fatores/ Região	Apl/ n°	%	Peso relativo
Nordeste	30/34	73%	0.73
Sudeste	04/25	16%	0.16

Observa-se, na tabela 03, que, enquanto a região Nordeste apresenta um índice de aplicação maior relacionado ao imperativo de 3ª pessoa (modo subjuntivo), a região Sudeste tem um índice

²⁰ Todos os exemplos da análise foram retirados do *corpus*.

maior de aplicação do presente do indicativo, comparando as duas variáveis. Os exemplos (15) e (16) abaixo ilustram tal constatação.

(15) Então, leve ao forno em torno de uns quinze minutos no máximo.

(16) Aí você puxa rapidamente.

O VARBRUL também selecionou a variável independente paralelismo discursivo. Nessa rodada, devido à presença de alguns *knockouts*, amalgamamos os subfatores imperativo isolado, presente isolado e forma perifrástica isolada em um bloco e os subfatores imperativo seguido de imperativo na 2ª pessoa, imperativo seguido de imperativo na 3ª pessoa e forma perifrástica seguida de forma perifrástica em outro bloco. Por causa da junção dos subfatores acima citados, estes foram renomeados como *presença e ausência de paralelismo discursivo*. Os resultados dessa amalgamação podem ser ilustrados na tabela 04, abaixo.

Tabela 4 - Atos de instrução realizados pelo imperativo de 3ª pessoa x presente do indicativo, em receitas culinárias, de acordo com o paralelismo discursivo

Grupo de fatores/ Paralelismo discursivo	Apl/n°	%	Peso relativo
Presença	05/24	21%	0.20
Ausência	29/42	69%	0.68

O fator lingüístico ausência de paralelismo discursivo mostrou-se favorecedor na realização da variável do imperativo de 3ª pessoa (modo subjuntivo). Este resultado não confirmou nossa hipótese, pois esperávamos que a presença do paralelismo discursivo fosse um fator lingüístico relevante, haja vista que, segundo Scherre (2003, p. 12), “esta variável é postulada hoje como um universal de uso lingüístico e subjaz à tendência de formas semelhantes ocorrerem juntas.”

Por outro lado, a pesquisa de Scherre (2003) sobre a expressão do imperativo em revistas em quadrinhos da Turma da Mônica já havia revelado que apenas o imperativo precedido de imperativo na forma indicativa obteve um peso significativo (0.81), enquanto que o imperativo precedido de imperativo na forma subjuntiva não obteve peso significativo (0.14).

Ressaltamos que consideramos como caso de paralelismo discursivo apenas a oração anterior que expresse uma instrução, como mostra o exemplo abaixo.

(17) **Bota** um pouquinho mais de margarina. Nesse ponto aqui, ela já está boa. **Leve** a geladeira por cinco minutos que é o tempo que ela descansa um pouco, tá?

O fato de na oração anterior o ato de instrução vir expresso no imperativo de 2ª pessoa (modo indicativo) “bota”, favoreceu a realização do imperativo de 3ª pessoa (modo subjuntivo) “leve”. Essa ausência de paralelismo discursivo se mostrou como uma variável lingüística condicionante na presente pesquisa.

5.3 3ª RODADA: IMPERATIVO DE 3ª PESSOA (SUBJUNTIVO) X PERÍFRASE

Na terceira e última rodada, obtivemos 48 ocorrências sendo 34 de imperativo de 3ª pessoa, o que representa 71% de aplicações e 14 de imperativo de 2ª pessoa, o que representa 29% de realizações. Nessa rodada, mais uma vez o programa selecionou a variável região como grupo relevante. A tabela 05, abaixo, demonstra isso.

Tabela 5 - Atos de instrução realizados pelo imperativo de 3ª pessoa x perífrase, em receitas culinárias, de acordo com a região.

Grupo de fatores/ Região	Apl/nº	%	Peso relativo
Nordeste	30/36	83%	0.64
Sudeste	04/12	33%	0.15

De forma semelhante ao que ocorreu no item anterior, enquanto a região Nordeste tem um índice de aplicação maior relacionada ao imperativo de 3ª pessoa, a região Sudeste tem um índice maior de aplicação da forma perifrástica. Temos aqui a confirmação da hipótese de que tanto o presente quanto a perífrase são formas mais utilizadas no Sudeste. Na receita apresentada por Ana Maria Braga, identificamos o uso do presente (exemplo 18) e da perífrase (exemplo 19):

(18) Então, **you** mistura bem.

(19) Não **vai jogar** lá pra dentro.

Na tabela 06, visualizamos os fatores que contribuem para o uso do imperativo de 3ª pessoa.

Tabela 6 - Atos de instrução realizados pelo imperativo de 3ª pessoa x perífrase, em receitas culinárias, de acordo com o tipo de oração.

Grupo de fatores/ Tipo de oração	Apl/ nº	%	Peso relativo
Oração principal	13/14	93%	0.76
Oração absoluta	08/09	89%	0.15
Oração coordenada assi. dética	12/20	60%	0.29
Oração coordenação sindética	01/03	33%	0.12

Mais uma vez, a oração principal apresenta-se como fator lingüístico que favorece o uso do imperativo de 3ª pessoa. Este resultado afirma uma preferência sintática entre oração principal e verbo no subjuntivo, como pode ser exemplificado em um trecho da receita de Mattu Macêdo da TV Jangadeiro:

(20) Quando você for usar essa massa aqui, **dê** preferência a tudo gelado, todos os ingredientes.

Já o exemplo (21) ilustra a relação de preferência entre o imperativo de 2ª pessoa (indicativo) e a oração coordenada sindética.

(21) Você bota um pouco da porção da massa na forma e com os dois dedões, empurra a massa para as laterais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, constatamos que há uma diferença na forma de expressar a instrução nas duas regiões consideradas, ou seja, na região Sudeste predomina o imperativo de 2ª pessoa (modo indicativo), enquanto que na região Nordeste a forma predominante é a do imperativo de 3ª pessoa (modo subjuntivo).

A percepção de Scherre (2005) de que as estruturas imperativas da fala da região Nordeste provocam uma sensação autoritária nos ouvidos de falantes da região Sudeste e Centro-Oeste talvez se explique com a constatação das diferenças de uso, na medida em que observamos a preferência, na região Sudeste, pelas variáveis *presente do indicativo* e *forma perifrástica* em detrimento do imperativo de 3ª pessoa. Teria sido, portanto, produtiva a realização de novas rodadas do imperativo (indicativo) com o presente e com a perífrase nesse mesmo *corpus*, a fim de verificar com mais segurança esse aspecto.

Destacamos, em nossa pesquisa, a relevância do fator de controle *tipo de oração* na realização dos atos de instrução. Especificamente, ressaltamos a importância da variável independente *oração principal* como fator estrutural que exerce influência na realização do imperativo (modo subjuntivo).

Tendo em vista que utilizamos apenas 06 receitas culinárias, proferidas por 02 informantes do sexo feminino, entendemos que a ampliação do *corpus* possa fornecer resultados mais consistentes. Sugerimos, também, a análise de outras variáveis sociais dentre elas o sexo, além do controle de mais regiões.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J.M. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992.
- ALMEIDA, N. M. de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 1985.
- ALVES, G. C. A influência da simplificação da conjugação verbal na construção do imperativo. In: HORA, D. da. (Org.). *Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade*. João Pessoa: UFPB, 2004.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BIASI-RODRIGUES, B. *Estratégias de condução de informações em resumos de dissertações*. 1998. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.
- BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Campinas: Mercado de Letras, 2006.
- FARACO, C.A. *The imperative sentence in portuguese: a semantic and historical discussion*. 1982. Tese (Doutorado) – Department of Modern Languages, University of Salford, Salford, USA, 1982.
- LONGO, B. de O.; CAMPOS, O. de S. A auxiliaridade: perífrases de tempo e de aspecto no português falado. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. S. (Orgs.). *Gramática do português falado*. Campinas, S.P.: Unicamp, 2002. v. 8.
- MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- MACHADO, A. R. *A questão do suporte dos gêneros textuais*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003. Não publicado.
- MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

- PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- PINTZUK, S. *Programas VARBRUL*. Tradução de Ivone Isidoro Pinto. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- REIS, M. S. *Atos de fala não-declarativos de comando na expressão do imperativo: a dimensão estilística da variação sob um olhar funcionalista*. 2003. 209 f. Tese (Doutorado em Lingüística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- SCHERRE, M. M. P. *et al.* Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN, 2., Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ABRALIN, 2000, pp.1333-1347. 1 CD-ROM _____ [...]. IN: INSTITUTO LINGÜÍSTICO.
- SCHERRE, M. M. P. Norma e uso na expressão do imperativo em revistas em quadrinhos da Turma da Mônica. In: SILVA, D. E. G. da; LARA, G. M. P.; MAGAZZO, M. A. (Orgs.). *Estudos de Linguagem: inter-relações e perspectivas*. Campo Grande: UFMS, 2003.
- SCHERRE, M. M. P. Norma e uso: o uso do imperativo no português brasileiro. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (Orgs.). *O português do Brasil: perspectivas da pesquisa atual*. [S.L] Vervuert/ Iberoamericana, 2004.
- SCHERRE, M. M. P. *O imperativo gramatical no português brasileiro: reflexo de mudança lingüística na escrita de revistas em quadrinhos*. 2005. Não publicado.
- SILVESTRI, A. *Discurso instrucional*. Buenos Aires. Universidad de Buenos Aires: 1995.
- TAFNER, E. P. *As formas verbais de futuridade em sessões plenárias: uma abordagem sociofuncionalista*. 2004. 182 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.